

Inter...QUÊ??

Artigo Publicado no "Diário do Sul"

A Internet tem sido, assumidamente, um exemplo fundamental de massificação de novas tecnologias no dealbar do Sec. XXI (mais de 320 milhões de utilizadores no mundo inteiro no final de 2000).

Como há uns anos atrás se afirmava que quem não soubesse "mexer num computador seria no futuro analfabeto", também agora se sustenta que quem dominar a Internet terá um futuro muito mais promissor dos que a não conhecem.

Não é, por essa razão, de admirar que governos e entidades privadas tenham levado a cabo políticas de desenvolvimento e apoio ao acesso à rede e favorecido o aparecimento de material "internético" um pouco por todos os sectores da sociedade.

Em termos nacionais o Governo assumiu um objectivo que tanto tem de inovador como de ambicioso isto é, a massificação e democratização da Sociedade de Informação, assim propõe-se:

a) a criação de um servidor de correio electrónico (que seria desenvolvido em Portugal por portugueses);

b) a multiplicação por mil dos sítios portugueses na Rede;

c) o alargamento a todo o território nacional do Programa Cidades Digitais. Dentro deste pacote legislativo destaca-se ainda uma medida de extraordinária importância que se traduz na publicação em formato digital de todos os documentos produzidos pela Administração Pública, bem como o início de publicidade desenvolvida na Rede, feita por organismos e instituições do Estado, à semelhança do que já acontece nas Rádios Jornais e Televisões.

É um passo importante... mas será que é suficiente?

Lembra-se que em termos de sítios (as chamadas páginas) Portugal só se encontra à frente do Luxemburgo em toda a União Europeia, apesar de ter registado um crescimento na ordem dos 10%. Um país anglo-saxónico, a Inglaterra, lidera claramente o número de sítios (números de 1998).

Desde já, existe necessidade em não pensar a Internet como algo de distante e que só interessa aos "maluquinhos da informática", olhando-se com um certo despeito e até parodiando-se um pouco com algo, que muito países (industrializados) encaram já como o instrumento ideal para a "aldeia global" sê-lo de facto e substância. Também será completamente errado ter uma perspectiva limitada da Rede, sob pena de ainda fazermos pior, isto é, por exemplo, criar-se uma página na Internet de um determinado serviço porque "é bonito" e "moderno" e depois deixá-la à triste mercê de quem a consulta verificar que as informações nela contidas têm semanas, meses, se não anos !! (várias entidades privadas em Portugal abandonam literalmente os seus sítios).

A Internet é um meio importante não só pelo conteúdo, mas também e muito pela sua interactividade (necessitando como é óbvio de actualização permanente).

Deverá entender-se que o acesso à Internet deverá ter princípios democráticos, querendo democratização dizer que não se podem encarar estas medidas sem se acabar com as restrições ao seu uso e divulgação (o Ministério da Ciência e Tecnologia nesta filosofia contribuiu para um maior acesso nas Escolas e Bibliotecas, medida com grande alcance e êxito).

1) Deve-se começar pelo próprio acesso dos particulares. Não é justificável que um meio como a Rede que contribuirá, está-se certo disso, para um maior desenvolvimento educacional do país, se encontre numa fase em que quem tem um computador ainda pensa seriamente nos custos de ligação (a que a situação monopolista da Portugal Telecom não será alheia).

2) É necessário que o acesso seja "o mais gratuito possível", aproveitando exemplos de países como os Estados Unidos, Inglaterra, França e mesmo a nossa vizinha (próxima em vários sentidos) Espanha, que estão progressivamente a terminar as taxas de ligação e a torná-las fixas independentemente do tempo de utilização.

3) Precisa-se de acessos mais rápidos apostando-se em tecnologia disponível e que se tornará mais barata com a massificação da utilização.

4) Sobretudo encarar a Internet em Português, e porque não, inventar termos próprios para substituir os (práticos) e-mails, sites, hosts (como aliás os chauvinistas Franceses já fizeram em relação ao correio electrónico - "mailé") etc.

5) A preservação da língua Portuguesa na Internet não pode nem deve caber ao Brasil (que já tem uma influência importante na Rede). Os nossos agentes culturais, Câmaras Municipais, IPSS, etc, devem ter facilidades acrescidas de divulgação na Internet tendo aqui uma dinâmica que manifestamente ainda não têm.

Posto isto, e como alguém dizia, "não se poderá, de ora em diante, pensar em Informática e Tecnologias de Informação e Comunicação sem a Internet, porque um computador sem Internet é, cada vez mais, um carro sem rodas... está lá a carroçaria, o motor e o resto, mas não vai a lado nenhum..." e nós temos obrigação e direito de ir (sobretudo neste campo) mais além.